

## PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA MICROBACIA DO CÓRREGO DA COLÔNIA MINEIRA – PRESIDENTE PRUDENTE/SP<sup>1</sup>

**Adriana Olivia Sposito Alves Oliveira<sup>2</sup>**  
drिकासposito@yahoo.com.br

**Antonio Cezar Leal<sup>3</sup>**  
cesalleal@fct.unesp.br

**Resumo:** Objetivou-se durante esta etapa realizar uma investigação acerca da motivação das Associações em mobilizar-se em um projeto de intervenção ambiental na Microbacia do córrego da Colônia Mineira. Além disso, objetivou-se também compreender o nível e grau de participação das Associações dentro de seu próprio grupo e também no alcance de suas reivindicações junto ao Poder Público Municipal. Sendo a implantação de um Parque Linear a proposta inicial de intervenção em um fundo de vale do córrego da Colônia Mineira, procurou-se contextualizar a forma de pensar destes indivíduos, analisando deste modo, a percepção ambiental na relação córrego-lazer-participação social.

**Palavras-chave:** Planejamento ambiental. Participação. Mobilização Social. Microbacia hidrográfica. Qualidade de vida. Córrego da Colônia Mineira.

### *ENVIRONMENTAL PLANNING AND SOCIAL PARTICIPATION IN HYDROGRAPHIC MICRO BASIN THE CÓRREGO DA COLÔNIA MINEIRA – PRESIDENTE PRUDENTE/SP*

**Abstract:** It was aimed at during this stage to accomplish an investigation concerning the motivation of the Associations in mobilizing in a project of environmental intervention in the micro basin of Colônia Mineira river. Besides, it was also aimed at to understand the level and degree of participation of the Associations inside of her own group and also in the reach of their claims close to the Municipal Public Power. Being the implantation of a Lineal Park the initial proposal of intervention in a bottom of it is worth of Colônia Mineira river, context the form was sought of thinking of these individuals, analyzing this way, the environmental perception in the relationship social river-leisure-participation.

**Key-words:** Environmental prognosis. Hydrographic Micro basin. Environmental planning. Life quality. Colônia Mineira river.

<sup>1</sup> Parte integrante da Dissertação de Mestrado “Planejamento Ambiental Urbano na Microbacia do Córrego da Colônia Mineira – Presidente Prudente/SP”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/ Campus Presidente Prudente-SP. Bolsista DR-FAPESP (06/58461-0).

<sup>3</sup> Professor Doutor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia na FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

## Introdução

No decorrer deste texto serão discutidas a inter-relação da participação social e o planejamento ambiental, sendo analisados às perspectivas das lideranças comunitárias dos bairros e o papel de participação dos agentes sociais. Um dos resultados trazidos por este trabalho é a divulgação dos resultados desta pesquisa para a comunidade, onde foi incentivada a organização do grupo de trabalho, que poderá promover o Planejamento Ambiental Urbano da Microbacia com intervenções nos fundos de vale.

No processo de planejamento ambiental, a esfera da participação social é fundamental para o alcance dos objetivos propostos por esta pesquisa. Com isso, a transcrição integral das entrevistas, junto as lideranças de Associações de Moradores de Bairros, se faz necessária no sentido de corresponder às várias expectativas de compreensão do imaginário desses indivíduos, uma vez que a partir deles tentar-se-á se estimular um processo de mobilização social em torno da recuperação ambiental da Microbacia do córrego da Colônia Mineira. As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e maio do ano de 2003.

## Caracterização e apreensão do associativismo comunitário e a participação

A Associação de Bairro é uma forma de expressão do associativismo comunitário e “[...] pode representar tipo mais genuíno de associativismo, porque marcada pelo voluntariado possivelmente mais consciente e militante.” (DEMO, 2001, p. 58). Isso pode estar relacionado ao fato de que nesta situação as pessoas se organizam em um movimento espontâneo engajadas por um interesse comum.

O Associativismo é definido pelo referido autor como sendo:

O associativismo representa o direito dos direitos, porque é ele que funda a proposta da organização em torno do bem comum, como é a Constituição para qualquer país; nela surge a nação, organizada em torno de uma carta de intenções, que define direitos e deveres de todos. Enquanto as pessoas não se associam de alguma forma, temos uma população dispersa, sobretudo não temos regras de jogo da convivência possível. O associativismo funda a legitimidade do

grupo, no sentido de que formata o modo de vida em comum em primeira instância. Não poderia, por isso, haver uma lei que permitisse o associativismo, porque é este que funda a lei. O direito de se associar vem antes de qualquer lei, porque é este o direito que permite uma sociedade normatizada pela lei. (DEMO, 2001, p. 23).

Em pesquisa realizada por Demo (2001) em seis Regiões Metropolitanas, para se verificar o nível de engajamento político, utilizou-se como critério o “Contato com político e objetivo do contato”. Entre as variáveis, as três mais apontadas foram: “fazer pedidos”, “fazer reclamações” e “fazer reivindicações”. De todas “fazer pedidos” foi a mais votada, sendo que:

Os dados insinuavam claramente que as pessoas, quando buscavam políticos e governantes, os abordavam tendencialmente em atitude de pedintes, apontando para tradição de subserviência ostensiva. Com efeito, políticos e governantes mandam, decidem, doam, enquanto a população não consegue passar do patamar de “beneficiário”. A julgar por tal cenário, a cidadania capaz de reivindicar, ou concretamente, capaz de impor aos políticos padrões do bem comum e devido controle democrático, é peregrina ainda. (DEMO, 2001, p. 64-65).

Quanto à participação em algumas atividades políticas, no contexto das associações comunitárias chamam atenção as participações com as seguintes variáveis: listas ou abaixo-assinados, manifestações de protesto, trabalho voluntário para associações e reuniões de grupos locais. Estas participações insinuariam uma certa variabilidade no grau de engajamento:

- a) atividades mais arriscadas politicamente teriam a menor participação das pessoas, como seria o caso de participar de greves e manifestações de protesto;
- b) atividades mais pacíficas, como trabalho voluntário em associações e reuniões de grupos locais, seriam mais bem aceitas;
- c) atividade de teor associativo, pelo menos em sentido aproximado, mais comum, de longe, seria participar em abaixo-assinados. (DEMO, 2001, p. 66-67).

Este quadro aponta que o que ocorre em nossa sociedade é que muitas vezes ela não é combativa em relação a seus direitos, fazendo referência novamente para a cidadania assistida.

Assim, o autor aponta que um dos desafios para o maior engajamento político do associativismo é buscar o conhecimento, privilegiando o exercício da

cidadania, ou seja, em nossa sociedade o que deveria ser destacado é o instrucionismo, ferramenta esta imprescindível para emancipação dos indivíduos em uma sociedade mais democrática.

Segundo Bordenave (1983, p. 46), a participação é uma necessidade fundamental do ser humano, contudo “[...] o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa.” É através da participação que os indivíduos conseguem ter mais acesso e autonomia dentro da sociedade, sendo este denominado em um estágio mais avançado de autogestão:

De modesta aspiração a um maior acesso aos bens da sociedade, a participação fixa-se o ambicioso objetivo final da “autogestão”, isto é, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes. Autonomia que não implica uma caminhada para a anarquia, mas muito pelo contrário, implica o aumento do grau de consciência política dos cidadãos, o reforço do controle popular sobre a autoridade e o fortalecimento do grau de legitimidade do poder público quando este responde às necessidades reais da população. (BORDENAVE, 1983, p. 20-21).

Sobre a origem da palavra participação o mesmo autor enfatiza a relação com os seguintes termos: fazer parte, tomar parte e ter parte. A diferenciação destes significados está no sentido do engajamento expresso entre a participação ativa e a participação passiva que podem haver entre um cidadão e um grupo.

O interessante é que a luta pela participação social envolve ela mesma processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos. (BORDENAVE, 1983, p. 26).

Existem pelos menos três formas de participação de caráter espontâneo ou imposto: voluntária, provocada e concedida. Na Microbacia do córrego da Colônia Mineira tentou-se unir os dois primeiros tipos de participação; um através da formação já existente das Associações de Moradores de Bairros (participação voluntária) e o outro através da formação do Grupo de Trabalho (participação

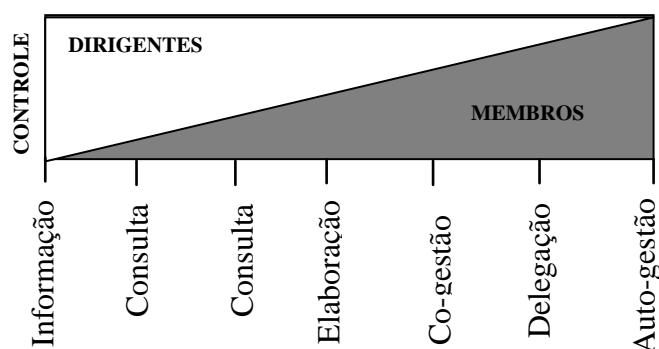
provocada). As duas formas de participação são assim definidas por Bordenave (1983).

Na participação voluntária, o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. [...] trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos. (BORDENAVE, 1983, p. 28).

Nesse sentido se estabelece o verdadeiro objetivo da formação do Grupo de Trabalho (sem que isto possa significar manipulação), que é ajudar a iniciar e incentivar um processo de planejamento ambiental, baseado na melhoria da qualidade de vida e ambiental na Microbacia do córrego da Colônia. Entende-se que este processo democrático só é possível por meio da parceria de vários atores sociais como as lideranças comunitárias, apoiada pelo Poder Público Municipal, a participação das escolas e a interlocução com a Universidade.

Sabe-se também que os membros de grupo participam mais intensamente quando percebem que o objetivo da ação é relevante para seus próprios objetivos. Se os membros de um grupo concordam com a necessidade de alguma mudança, pode ser feita uma forte pressão para alcançar a meta, pois neste caso a pressão será exercida pelo próprio grupo. (BORDENAVE, 1983, p. 26).

Os graus e níveis de controle da participação de um grupo estão associados aos encaminhamentos das decisões, ou seja, sobre a sua efetiva eficiência. Sobre o menor ou maior acesso nas decisões, observa-se o esquema da Figura 01:



**Figura 01:** Controle e acesso dos dirigentes/membros nas decisões de participação.

Fonte: Bordenave (1983, p. 31).

Para Bordenave (1983) o que ocorre é a delegação centralizadora de poderes, onde “Nós costumamos deixar que uns poucos se encarreguem das decisões e das atividades, reservando-nos apenas o direito de criticar seu desempenho.” (BORDENAVE, 1983, p. 48). Isso ocorre devido ao paternalismo de governo:

Outra questão que afeta a participação social e política é a marcada divisão existente em nossa sociedade entre o setor oficial e o setor civil. Tradicionalmente supõe-se que o setor oficial é o iniciador e promotor do desenvolvimento, sendo o setor civil apenas seu beneficiário... ou vítima. Esta dicotomia tem tido como saldo a existência de um verdadeiro abismo entre os dois setores. De um lado estão os tecnocratas e burocratas que planejam, decidem e executam. Do outro lado, uma enorme massa de pessoas somente dedicadas a seus próprios interesses e negócios. (BORDENAVE, 1983, p. 53).

### **Alguns apontamentos de análise das entrevistas das lideranças de Associações de Bairro da Microbacia do córrego da Colônia Mineira**

Constatou-se que a Associação de Bairro é, dentro da escala micro, uma das formas de obter as reivindicações locais, contudo, seu engajamento político está ainda aquém do necessário para direcionar um projeto de mobilização social contínuo. Alguns eixos temáticos foram sintetizados a fim de melhor compreender esta análise:

- a) Falta de clareza no contexto histórico da formação da Associação: nota-se entre os entrevistados uma relevante importância pelo contexto atual em detrimento da história da Associação, ou seja, as experiências anteriores muitas vezes são não relatadas, como se houvesse amnésia das experiências realizadas anteriormente da Associação.

Bom eu já sou moradora daqui já faz dezenove anos, eu nasci aqui em Prudente, me criei no Jardim Paulista, casei e fui morar no São Judas. A gente quando mudamos pra lá não tinha luz, não tinha asfalto, faltava um monte de coisa e a gente sempre reivindicando e buscando isso. Passado um tempo eu resolvi ser a presidente do bairro, então eu já sou presidente pela segunda vez do São Judas e do São Marcos e a gente sempre tá lá buscando benfeitoria pró

bairro, agora a gente tá procurando vê se consegue alguma coisa lá no fundo de vale, porque nós não temos nenhum Parque do Povo, não tem nenhum divertimento, não temos nada ali e a gente precisa de ter no bairro, um parquinho, um campinho pras crianças jogar bola. Estamos em doze pessoas, como membro chapa. Já faz dois mandatos que sou presidente e cinco anos no total. (Informação verbal).<sup>4</sup>

Como se pode notar pelo depoimento, ocorre uma centralização na história mais recente da Associação, não resgatando acontecimentos e pessoas que foram decisivas na formação e avanço das reivindicações da comunidade. Em outras entrevistas, discorre-se sobre a composição atual da Associação, quando se pede na realidade um histórico de formação desta, fundação e pessoas que contribuíram para a formação.

- b) Falta de engajamento político dentro e fora da Associação: este fato está associado a procura do Poder Público (quase sempre) em situações de “Pedismo”, principalmente em se tratando do alcance de “benefícios” de meios de consumo coletivo “que deveriam ser garantias primárias” entre os bairros. O nível de engajamento alcançado fica próximo apenas na busca de alguma reivindicação por abaixo-assinado.

Este fato pode ser analisado pela resposta obtida pelo Presidente do Bairro Jardim Regina, quando ressalta a relação existente entre a Associação e o Poder Público Municipal e a participação dentro da Associação:

Logicamente a prefeitura sempre quer alguma coisa da Associação, mas sempre ela quer alguma coisa em troca, seja o Prefeito, o vereador, os que fazem alguma coisa, o secretário, então a maioria sempre quer alguma coisa em troca. A Associação faz, pede pra eles, mas sempre tem aquela cobrança de ter um retorno depois, isso é um negócio que sempre existe aqui no Brasil e eu acho muito errado. Seria voto, arrumar votos para as pessoas. Já que o vereador ganhou, você votou pra ele, logo em seguida não tem que cobrar, se você vai ter que cobrar pra dele uma reivindicação para o bairro, quando a gente geralmente vai cobrar uma reivindicação pro prefeito ou seja vereadores, eles já vêm lá na frente. Você já votou na eleição passada, se ele tá fazendo alguma coisa para você, ele vai medir que você tem que votar na eleição pra ele, ou então

<sup>4</sup> Comentários extraídos da entrevista realizada com Sra. Maria Aparecida Pereira dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Parque São Judas Tadeu e Parque Residencial São Marcos, no dia 21/02/2003.

trabalhar pra ele. Realmente a nossa Associação tem um obstáculo. Por exemplo, o nosso grupo ele é formado por pessoas de bem, pessoas idôneas, do bairro tudo, mas a pessoas são meia tímidas para pedir as coisas, geralmente fica centralizado em cima do presidente, porque corre atrás de papel, cobra do prefeito, as pessoas são mais tímidas, eles trabalham em termos braçal, mais assim pra reivindicar as coisas o pessoal é mais sossegado. (Informação verbal).<sup>5</sup>

Todas as outras lideranças apontaram uma centralização nas decisões nos presidentes de bairros e a falta de engajamento dos associados. Além disso, as aspirações e necessidades da comunidade são ainda vista como “pedismo” e não como reivindicação, o que politicamente, traria mais clareza dos direitos e deveres do cidadão.

- c) Avaliação de Boa para Ótima da Qualidade de vida no bairro: de modo geral, os líderes apontaram Qualidade de Vida boa para os respectivos bairros. Contudo, pelo menos a metade abordou que o principal problema para o desenvolvimento do bairro está relacionado a situação atual de abandono do fundo de vale existente nas proximidades do córrego.

De bom prá ótimo. O nosso bairro, pela formação, da abrangência dele é um bairro que não tem problemas, é um bairro bom, não tem problemas, nós não temos dificuldades sociais nenhum. Nós não temos de favelados, nós não temos problemas de marginalidade, não temos problemas de transito, porque o bairro é bem servido, não temos problemas com assistência medica porque os postos de saúde são também próximos, não temos problemas de limpeza. Então é um bairro que não possui problemas de assistencialismo. (Informação verbal).<sup>6</sup>

De forma geral, a percepção que a população tem sobre a qualidade de vida do seu bairro é boa, este fato pode estar associado a três fatores: o primeiro pelo conformismo generalizado, o segundo pela situação econômica que proporcionam melhores condições (como a possibilidade de freqüentar áreas de lazer privadas, tendo ou não no bairro) e a terceira, relacionada pela canalização do córrego em

<sup>5</sup> Comentários extraídos da entrevista realizada com Sr. Expedito Coelho da Silva, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Regina, no dia 20/02/2003.

<sup>6</sup> Comentários extraídos da entrevista realizada com Sr. Oraci Matricardi, Primeiro Tesoureiro do Bairro INOOCOP, no dia 20/02/2003.



alguns trechos, fazendo com que os problemas fiquem escondidos e não expostos junto população.

- d)** Resposta positiva para a intervenção do fundo de vale: todos os entrevistados apontaram alto grau de interesse na participação e intervenção em fundo de vale. Porém, a proposição da forma como isso pode ser alcançado não é da mesma maneira positiva, já que os líderes em sua maioria gostariam que se consolidasse a canalização do córrego nas áreas de lazer. Esta é uma das maiores preocupações, pois se de um lado resolve-se o problema da carência das áreas de lazer, de outro, a sustentabilidade ambiental urbana fica comprometida.

Isto pode ser observado em todas as respostas obtidas durante as entrevistas pelas lideranças comunitárias, conforme demonstrado no depoimento do Presidente de Bairro do CDHU Sítio São Pedro, sobre o que poderia ser feito para resolver os problemas relacionados ao córrego:

Fazer o que o prefeito falou pra mim, canalizar, cobrir aquela podridão e fazer um Parque do Povo como ele fez em todos esses bairros. Mas quando o Prefeito Agripino fazer, como ele prometeu pra gente, se fizer aquilo ali e canalizar aquilo lá e não deixar à céu aberto, é canalizar, tuba essa terra e fazer uma benfeitoria ali em cima, para que possa aparecer um reflorestamento, um Parque do Povo para o lazer da população de mais de vinte bairros que pode participar ali naquele fundo de vale. (Informação verbal).<sup>7</sup>

No tocante a opinião das lideranças de bairros sobre prerrogativa da canalização dos córregos, Franco (2002) questiona sobre a opinião do cidadão comum, já que não existem modelos adequados de convivência entre a conservação do meio ambiente e o cotidiano urbano das cidades.

[...] pergunto como é possível o cidadão comum valorizar a água ou mesmo um rio se os modelos vigentes de urbanização tendem a esconde-los cada vez mais? Ou mesmo se a visualização e o contacto com um rio de águas límpidas ficam cada dia mais abstratos para uma criança ou cidadão comum, mesmo porque essas imagens fazem parte apenas da realidade virtual oferecida pelos canais de comunicação. (FRANCO, 2002, p.264-265).

<sup>7</sup> Comentários extraídos da entrevista realizada com Sr. José Manoel dos Santos, Presidente de Bairro do CDHU Sítio São Pedro, no dia 20/05/2003

Nesta etapa procurou-se compreender o estágio atual de participação e organização das Associações de Bairros e ainda iniciar contatos com os agentes sociais. Esta etapa se consubstancia no desenvolvimento preliminar de envolvimento dos atores sociais no processo de mobilização social, ao qual se pretende dar continuidade por meio do Grupo de Trabalho.

Diante disso, durante as entrevistas, foi questionada entre as lideranças comunitárias, a possibilidade de implantação do Parque Linear e como seria as perspectivas de participação caso fosse feito um trabalho de mobilização social:

Com certeza, porque iria resolver o problema do fundo de vale e iria trazer mais uma área de lazer tratada. É uma forma de você utilizar o espaço e colocar uma coisa útil em cima daquele espaço. Com certeza seria cem por cento, a gente iria aprovar, ia correr atrás, não só eu mas o Presidente do Jardim Iguaçu, Regina, INOCOP não tem mas eu represento aquela área também, iríamos lutar para conseguir sim, com certeza, a participação seria cem por cento, ativa. Não só pelo lazer, mas pelo fato de você fazer uma infraestrutura no bairro, tirar aquele fundo de vale que tá horrível, tá trazendo doenças, tem bicho, tem cobras, tem um monte de insetos. Então faria o trabalho de infra-estrutura no bairro e colocaria uma área de lazer para a população. (Informação verbal).<sup>8</sup>

O objetivo deste questionamento estava associado a investigação das aspirações da população na implantação do Parque Linear, o nível de engajamento e como as lideranças vê a canalização, em outras palavras, como e de que forma querem a área de lazer.

Resumidamente, a participação das Associações de Bairro, fica centralizada nas lideranças, isto é, na figura do Presidente. As reivindicações ocorrem principalmente por meio do “pedismo” das necessidades básicas de um bairro (asfalto, iluminação e sinalização pública, equipamentos institucionais), após esta fase, quando o bairro consegue atingir algumas metas prioritárias, a canalização do córrego torna-se alvo de “negociações” com aproveitamento útil para este local, no caso, áreas de lazer públicas.

<sup>8</sup> Comentários extraídos da entrevista realizada com Sr. Edson Roberto Costa, Presidente de Bairro Jardim Estoril, no dia 28/05/2003.

Apesar desta centralização de delegações sobre o Presidente da Associação, todos os entrevistados responderam avidamente o interesse pela participação no Projeto de Intervenção e Planejamento em um fundo de vale na Microbacia do córrego da Colônia Mineira.

Deste modo, foi organizada uma reunião para divulgar os resultados da pesquisa e da possibilidade de organização de um grupo de trabalho o qual poderá fomentar o Planejamento Ambiental da Microbacia da Colônia Mineira por meio da participação de diversos atores sociais, entre as lideranças comunitárias. Este será analisado no item seguinte.

### **Convocação dos atores sociais e formação do Grupo de Trabalho do córrego da Colônia Mineira**

#### **Dos fundamentos da mobilização social e o desenvolvimento comunitário**

Segundo Leal (1995,) é na esfera local que deve ser enfatizado o processo do Planejamento Ambiental, pois é nesta escala que a população está mais próxima para a participação, transformação, reivindicação e resolução dos seus problemas.

Essa participação popular deve ocorrer em todos os níveis de planejamento (federal, estadual e municipal), mas deve ser mais intensa na esfera do município, pois esse representa a esfera de poder mais próxima da população. É no município que concentram-se os problemas mais imediatos da população e que repercutem diretamente nas relações com o poder local. (LEAL, 1995, p. 3).

O autor afirma que a atuação popular deve ocorrer principalmente no processo de elaboração do Planejamento Municipal, pois são nessas fases de decisão coletiva que serão discutidas as prioridades sociais, econômicas, ambientais, tais como a melhoria da qualidade de vida.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. (BUARQUE, 2002, p. 25).

Neste mesmo raciocínio a escala municipal facilita o processo de reivindicação política e assim, o alcance dos direitos por parte das Associações Comunitárias, maior negociação social, o que favorece a emancipação em um processo de democratização social.

A escala municipal e comunitária cria uma grande proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas e necessidades da população e da comunidade, permitindo uma maior participação direta da sociedade, reduzindo o peso e as naturais mediações dos mecanismos de representação. Fortalece o poder local e amplia as oportunidades do cidadão na escolha das suas alternativas e na decisão sobre o seu destino.

Assim, a descentralização contribui para a democratização dos processos decisórios e fortalece o poder local, ampliando as oportunidades que tem cidadão de escolher suas alternativas e decidir sobre o seu destino nas formulações imediatas e diretas das necessidades e alternativas de desenvolvimento local. Maior proximidade das comunidades, maior conhecimento dos problemas locais, maior facilidade de diálogo entre atores sociais, menor escala de negociação, maior capacidade de controle da gestão pública, sem a mediação das estruturas políticas distantes, são alguns dos fatores gerados pela descentralização, que favorecem a democracia. (BUARQUE, 2002, p. 54).

É neste contexto que se insere a organização voluntária das Associações de Bairros na busca do desenvolvimento local:

O desenvolvimento comunitário também é uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais; normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária. (BUARQUE, 2002, p. 33).

Para o referido autor, o desenvolvimento local sustentável está baseado em três objetivos principais: a elevação da qualidade de vida e equidade social; a eficiência no crescimento econômico e a conservação ambiental.

É necessário frisar que tudo isso depende também da capacidade da sociedade de articular a auto-gestão e democracia política, constituindo etapas fundamentais pela luta dos seus direitos de cidadão. Conforme evidenciam Leal et al. (1997):

[...] é preciso o desenvolvimento de ações que envolvam amplas parcelas da população no enfrentamento dos grupos minoritários e poderosos que estão produzindo e mantendo este quadro de degradação socioambiental. A concretização destas ações constitui-se em etapas do processo de conscientização e envolvimento da população na luta por seus direitos fundamentais como cidadãos, em que incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade e ao meio ambiente sadio e equilibrado. (LEAL et al., 1997, p. 45).

Neste contexto insere-se o processo de mobilização social, que significa o estágio mais avançado de participação popular, sendo este contínuo, coletivo e permanente. Toro e Werneck (1997) enfatizam essa diferença, contudo, não apontam como excludentes:

A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar de participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um estilo desejado e esperado. (TORO e WERNECK, 1997, p. 26).

A mobilização é um ato de participação de grupo voluntário, ou seja, ninguém é obrigado a participar de um projeto se não possuir um objetivo intrínseco, contudo, este pode ser incentivado de forma convocatória:

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, os resultados desejados por todos. Por isso se diz que: Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada uma. Esta decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças. (TORO; WERNECK, 1997, p. 11).

Dentro desta perspectiva, os autores enfatizam a necessidade de considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social. Segundo os referidos autores, os princípios que dão maior sentido ao

processo de mobilização são o horizonte ético, o exercício da cidadania e a democracia. Conforme se verifica na Tabela 03:

**Tabela 03: Dimensões básicas para estruturar um Projeto de Mobilização**

Dimensão	Compreensão	Ação	Questionamento
Formulação de um Imaginário	Explicitação dos propósitos da mobilização social	Convocação para participação de reuniões e exposição dos objetivos do projeto	Em que medida o que eu estou fazendo contribui para alcançar esse objetivo?
Atores Sociais: a) Produtor Social; b) Reeditor Social; c) Editor.	Um grupo de pessoas ou uma instituição decidem iniciar um movimento	Articulação dos atores sociais na busca do planejamento das ações: mediação institucional, elaboração de projetos, negociação social e comunicação	Que papel posso desempenhar?
Campo de Atuação	Visão clara da atuação de cada participante	Indicação das decisões e ações que estão ao alcance das pessoas dentro de seu campo de atuação	Como eu posso participar?
Coletivização	Reconhecimento da participação de um projeto coletivo	Compartilhamento do processo de mobilização com seus pares, baseados em: aprendizado mútuo, comunicação, respeito e integração	Qual é a melhor maneira de orientar a comunicação?
Acompanhamento de resultados	Definição de critério e indicadores e flexibilização das ações	Avaliação contínua das ações e resultados, por meio de relatos de reuniões	Qual é momento de (re)avaliação e (re)direcionamento da estratégia?

**Fonte:** Toro e Werneck (1997). Org.: Adriana Olivia Alves (2003).

Um modelo de comunicação para organizar, orientar e apoiar um processo de mobilização deve estar baseado na capacidade do grupo em fornecer e disponibilizar informações, de modo a compartilhar o acesso das ações efetivadas.

Segundo Demo (2001), o fenômeno do associativismo está relacionado a capacidade da população de se mobilizar, e em um estágio mais avançado, de se organizar no sentido da militância política. Sobre este aspecto, salienta que “[...] A simples filiação reflete uma forma que pode ser vazia: muita gente filiada jamais comparece, não milita pelas causas da associação, não se identifica ideologicamente com as posições assumidas. (p. 8). Assim “A cidadania assistida predomina de longe sobre a emancipada.” (p. 5), o que se pode notar é que existe uma adesão muito

grande em torno do associativismo, contudo, a iniciativa de adesão da mobilização se esvai rapidamente sem haver um engajamento político, ou simplesmente um engajamento dentro do próprio grupo.

### **Convocação para a I Reunião do Grupo de Trabalho do córrego da Colônia Mineira**

Foi realizado no dia 28 de junho de 2003 na EMEIF “Dep. Carlos Castilho Cabral”, a 1ª Reunião do Grupo de Moradores da Microbacia do córrego da Colônia Mineira. Foram convidadas todas as lideranças de bairros inseridas nesta área (Vila Geni, Jd. Regina, Jd. Estoril, Jd. Eldorado, Conj. Hab. Sítio São Pedro, Pq. São Matheus, Pq. São Lucas, Jd. São Judas Tadeu, Pq. Res. São Marcos, Jd. Iguazu e INOOCOP), representantes do Poder Público Municipal (Secretarias de Planejamento, Obras, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social e Educação), Escolas Públicas e Privadas do Ensino Fundamental e Médio e a UNESP.

Nesta primeira reunião objetivou-se divulgar os resultados da pesquisa intitulada “Planejamento Ambiental Urbano na Microbacia do córrego da Colônia Mineira-Presidente Prudente/SP” como forma de contribuir para a comunidade, sendo esta os mesmos atores sociais envolvidos neste processo. Além disso, como “pano de fundo”, esta reunião também tinha como finalidade iniciar o processo de negociação e mobilização social através da organização de um Grupo de Trabalho do córrego da Colônia Mineira.

Foram apresentados como pontos mais relevantes da pesquisa a intensa degradação ambiental dos fundos de vale do córrego da Colônia Mineira e a carência das Áreas de Lazer Pública, aliado aos impactos ambientais decorrentes do inadequado processo de canalização fechada realizada em vários trechos do córrego da Colônia Mineira.

Juntamente com o processo avançado de degradação ambiental da Microbacia do córrego da Colônia Mineira, especial atenção tem sido dada à pesquisa no tocante ao processo de canalização (fechada). Baseado na percepção ambiental da população da Microbacia do córrego da Colônia Mineira foi realizado o

seguinte questionamento: “Por que canalizamos os córregos?” Os seguintes apontamentos foram identificados:

- Na Microbacia do córrego da Colônia Mineira, a maior parte dos moradores encontram-se carentes do ponto de vista do lazer; este fato está associado à falta de efetivação das Áreas de Lazer Públicas nos bairros;
- Os fundos de vale encontram-se geralmente abandonados;
- Não existe tratamento dos esgotos, sendo o córrego o seu maior receptor;
- Os córregos passam a ser vistos como o canal de mais fácil acesso para o descarte de lixo e entulho;
- Não existe uma consciência de que se possa conviver harmonicamente com a natureza;
- A canalização resulta de uma visão de que, enterrando os córregos, está resolvendo também um problema ambiental da cidade de Presidente Prudente.

Segundo o Engenheiro Florestal Fernando Luizari Gomes<sup>9</sup> do Simbiosis (Consultoria Ambiental), está previsto o plantio de quatorze mil mudas de árvores em uma área de fundo de vale (a ser escolhida) para recomposição da mata ciliar. Vale frisar que este tipo de ação pode contribuir de duas formas: para a recuperação do córrego e melhoria da qualidade de vida da população.

Sobre os problemas ambientais do córrego, foi apontada pelo morador e ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Geni, Joel Garcia Gimenez, a urgência na recuperação do fundo de vale na Vila Geni, onde ocorrem periodicamente problemas de enchente relacionados a canalização fechada do córrego.

A Presidente da Associação do Bairro Jd. Iguçu, Maria Aparecida Cicerelli, questionou sobre como iniciar um trabalho para tentar resolver o problema da degradação ambiental do córrego e a questão da carência de Áreas de Lazer Públicas. Uma das possibilidades apontadas é formação de um Grupo de Trabalho, a exemplo daquele que foi organizado no Balneário da Amizade liderado por Dr.

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 10/06/2003 no Escritório de Consultoria Ambiental Simbiosis. O roteiro de entrevista encontra-se no Anexo VII.



Hugo Luciano Wascheck, que tinha como objetivo apontar formas de recuperação deste manancial e mobilizar a sociedade por meio da sensibilização da crise das águas que a cidade de Presidente Prudente vem passando nestes últimos anos.

Sobre a formação do Grupo de Trabalho do Balneário da Amizade, observe o relato de Fernando Luizari Gomes:

O Grupo do Balneário da Amizade teve início no final da ultimada primeira gestão do Prefeito Agripino de Oliveira Lima na época foi constatado a contaminação por coliformes fecais e burlaram a lei do Balneário da Amizade com a construção do Parque Everest. Por que burlaram a lei? Porque era uma lei especial que protegia o corpo d'água, a preocupação era proteger a bacia hidrográfica. Então o que precisava os loteamentos com um percentual de lotes de acordo com a distância que estava do Balneário da Amizade. Os lotes que eram para ter mil metros foram aprovados exatamente com mil metros, mas depois foram feitos um desmembramentos destes lotes com parcelas que se dividem em quatro lotes e ai começou a virar lotes de duzentos e cinqüenta metros. Com uma efetivação dos loteamentos, o carreamento da águas pluviais e a ligação clandestina de esgotos foram contribuindo para a poluição por coliformes fecais do Balneário da Amizade. O Grupo foi formado com o intuito de proteger o Balneário, ajudar o Balneário da Amizade. Na época, isso ai por volta de 1996, o Dr. Hugo Luciano Wascheck e o Valter Crepaldi eram as duas pessoas que mais defendiam, tinham mais pessoas que não me recordo, mas essas duas pessoas que mais lutaram para isso. Posteriormente com a formação da Secretaria do Meio Ambiente Municipal em 1997 houve ai então uma preocupação maior com o Balneário que era recuperar o Balneário da Amizade. Dentro de tudo isso que tenho para te dizer é o seguinte, o Balneário só não foi até hoje recuperado porque nenhum político teve vontade para fazer àquilo. Em 1996 estava muito mais fácil de se recuperar do que hoje, hoje eu não sei nem te dizer se esta condição ainda existe. (Informação verbal).

## Considerações finais

Diante desta experiência e como resultado desta reunião, formou-se o Grupo de Trabalho, com objetivos expressos na elaboração do Projeto de Planejamento Ambiental Urbano, onde serão apontadas de forma global, as demandas e carências para a recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população. Foram acordados nesta reunião os encontros periódicos mensais, a convocação e indicação de representantes das Secretarias da Prefeitura Municipal, principalmente: Obras, Meio Ambiente, Planejamento e Educação, as escolas inseridas na Microbacia e a participação das lideranças de bairros.

A idéia inicial do projeto de intervenção está consubstanciada na elaboração também de um projeto de intervenção que possibilite a integração da sustentabilidade ambiental urbana e a carência das Áreas de Lazer Públicas.

Este tipo de ação poderá promover ao mesmo tempo uma harmonia ecológica e paisagística, como a autora salienta:

A APA Urbana deverá regulamentar o uso e a ocupação do solo urbano junto às várzeas e seu entorno, tendo diretrizes gerais e diretrizes locais. Nas diretrizes gerais deverá ser garantida a máxima permeabilidade do solo e o incremento massivo da arborização urbana. Haverá também a criação de corpos d'água paisagísticos e galerias extravasoras das enchentes, além das faixas verdes contínuas dos parques. (FRANCO, 2002, p. 260).

É dentro desta perspectiva que se apóia a utilização múltipla dos fundos vale, ou seja, coexistência de áreas de lazer públicas e áreas verdes com a Preservação Permanente de algumas áreas. Este tipo de intervenção pode resolver o quadro de degradação ambiental encontrado na Microbacia do córrego da Colônia Mineira formado pelos impactos ambientais dos fundos de vale e a carência de áreas de lazer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et al. **Planejamento ambiental**: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade um desafio. 2º ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. 1999. 180 p.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et al. **Gestão ambiental**: planejamento, avaliação, implantação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed. 2000. 259 p.

ALVES, Adriana Olivia. **Diagnóstico dos impactos ambientais provocados pelo processo de urbanização na Microbacia do córrego da Colônia Mineira - Presidente Prudente/SP** (Monografia de Bacharelado apresentado junto ao Departamento de Geografia da FCT). 2001, 161 p.

BORDENAVI, Juan E. Díaz. **O que participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena**: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental: para a cidade sustentável.** São Paulo: Annablume: FAPESP: EDIFURB, 2001.

LEAL, Antonio César. **Meio ambiente e urbanização na Microbacia do Areia Branca/Campinas/São Paulo.** 1995. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

LEAL, Antonio Cezar et. al. Microbacia e Educação Ambiental. In: MAURO, Cláudio Antonio de. **Laudos periciais em depredações ambientais.** Rio Claro: Laboratório de Planejamento Regional, DPR, IGC, UNESP, 1997.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. In: **São Paulo em Perspectiva**, Out./dezembro. 1991. p. 28-42.

RODRIGUEZ, José M. Mateo.; DEL CABO, A. R. **Planejamento ambiental, paisagens e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, UNICAMP, 1996. (Mimeo).

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TORO, J. B. & WERNECK, N. M. D. **Mobilização social.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria dos Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997, 104 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel. 1. ed. 1980.

Recebido para publicação em outubro de 2008

Aceito para publicação em janeiro de 2009